



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA GESTÃO 2020/2022 DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS, REALIZADA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2020 (DOIS MIL E VINTE) DE FORMA VIRTUAL VIA PLATAFORMA DIGITAL ZOOM.

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas e cinco minutos, no plenário do Instituto dos Advogados Brasileiros, formado e organizado virtualmente em razão da impossibilidade da realização de reunião presencial, cuja liberação não foi autorizada ainda pelas autoridades sanitárias. As restrições de encontros presenciais decorrem da situação de Pandemia provocada pela COVID-19. Nesta sessão virtual reuniram-se os associados efetivos em pleno gozo dos seus direitos sociais e os sócios remidos que atenderam ao edital de convocação remetido através de endereço eletrônico e publicado no “site” do IAB. O endereço virtual de acesso à reunião, para fins de registro e verificação, foi o seguinte: <https://zoom.us/j/91863781024>. Verificado o quórum a partir do número de sócios que efetivamente ingressaram na plataforma zoom e que obtiveram autorização de acesso, restou registrada na plataforma digital a presença (art.54, § 1º do Regimento Interno). Instalada a sessão, coube à presidente nacional, Dra. Rita de Cássia Sant’ Anna Cortez declarar a sua abertura, compondo a mesa diretora dos trabalhos com a Secretária-Geral, Dra. Adriana Brasil Guimarães, e com o Diretor Secretário, Dr. Antônio Laért Vieira Júnior, a quem a secretaria dos trabalhos foi confiada. Dra. Rita Cortez cumprimentou a todos e todas, agradecendo a presença dos sócios identificados na plataforma tecnológica utilizada para realizar a primeira sessão plenária virtual da Casa de Montezuma. A Presidente fez questão de destacar, antes de adentrar na ordem do dia, o que chamou de verdadeira tragédia humana, em virtude da morte de 40 mil brasileiros e a infecção de mais de 800 mil pessoas, prestando homenagem e solidariedade às suas famílias. Fez especial registro e homenagem ao professor Dr. Miguel Baldez, sócio do IAB, falecido hoje. A presidente prestou também homenagem a todos os profissionais de saúde,



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

verdadeiros heróis e heroínas nesta luta de combate ao coronavírus. Por fim, a presidente esclareceu que iria cumprir, nesta sessão virtual, rigorosamente o tempo regimental, isto é, duas horas de duração, sendo que a plataforma em uso foi adaptada para melhor aproveitamento e fluência dos trabalhos por videoconferência. Passou a palavra a mim, Diretor Secretário, para anúncio dos eventos agendados pelo IAB nas próximas semanas. Atendendo ao pedido da presidente fiz uso da palavra, relatando os eventos virtuais (*lives e webinares*) já realizados pelo Instituto, apesar das limitações da crise sanitária, bem como destaquei as atividades que ainda serão realizadas nas próximas semanas. recomendando a visita frequente ao *site* e ao canal do IAB no *youtube*, além das *mídias sociais* onde marcamos presença. Em seguida foi passada a palavra para a Secretária-Geral, Dra. Adriana Brasil Guimarães que fez diversas recomendações acerca das regras de utilização da plataforma *zoom* no que concerne, especialmente, ao fechamento dos microfones dos consócios interessados no debate, após esgotados os três minutos regimentais de fala. Lembrando, no particular, outras disposições do Regimento Interno do IAB, a secretária geral deu aos relatores o tempo de 10 (dez) minutos para apresentação dos pareceres e aos presidentes das comissões, constitucional e penal, bem como ao indicante do parecer, o tempo de três minutos. Ficou também garantida a possibilidade de inscrição prévia dos associados e das associadas pelo *chat* (sala de bate-papo), controlada pela secretária geral, mas limitada, a princípio, às dez primeiras inscrições. Dando sequência aos trabalhos foi devolvida a palavra à presidente Rita Cortez que mencionou que o único ponto de pauta nesta sessão virtual, segundo o edital de convocação, era o da discussão e votação dos pareceres da comissão de direito constitucional e do membro da comissão de direito penal, disponibilizados no site, sobre tema de extrema relevância e que tem ocupado um espaço significativo na agenda nacional, qual seja, o cabimento jurídico de pedidos de impeachment do Presidente da República, diante de atos e condutas do senhor Jair Messias Bolsonaro. Esclareceu, também, que o IAB não iria encaminhar mais um pedido de *impeachment*, mas sim os pareceres sobre o assunto, destacando que o parecer do professor Dieter veio para



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

complementar o parecer do professor Peixinho, na medida em que se revelava importante distinguir crime de responsabilidade, no contexto do pedido de impedimento, da tipificação de crime comum, segundo conceitos e definições de direito penal. Em seguida a Presidente concedeu a palavra aos consócios Manoel Messias Peixinho e Mauricio Stegemann Dieter, para relatório e voto do **PARECER NA INDICAÇÃO 043/2019** sobre a **viabilidade jurídica e política para a instauração de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro**, sendo autor o Dr. Alexandre Brandão Martins Ferreira. A presidente esclareceu que como o parecer da comissão de direito constitucional era o parecer principal, concedeu a palavra inicialmente ao relator nomeado pela comissão de direito constitucional, professor Manoel Peixinho, frisando que a matéria, objeto do parecer versa sobre a tipificação, ou não, de atos praticados pelo Senhor Presidente da República em crime de responsabilidade, justificando-se, política e juridicamente, a procedência de eventuais pedidos de seu impedimento. O relator, professor Manoel Messias Peixinho, saudou a mesa e a todos os presentes. Registrou, mais uma vez, não se tratar de um pedido formal de impedimento, mas sim um parecer sem qualquer conotação ideológica ou partidária. Realçou que o crime de responsabilidade é uma expressão que traz equívoco (crime) já que, na verdade trata de um ilícito administrativo e constitucional. Resumiu o parecer escrito em 40 (quarenta) laudas, o qual, tendo sido antes disponibilizado no sítio eletrônico do IAB, era de conhecimento dos consócios. Iniciou apresentando um histórico de condutas do Senhor Presidente da República no tempo regimental disponível, enquadrando-as na legislação pertinente, com especial ênfase no art. 85 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB); nos crimes definidos na Lei 1.079, de 10 de abril de 1950; e no princípio da probidade. O relator ao elencar todos os fatos relacionados ao Exmo. Senhor Presidente da República desde que assumiu o mandato, ressaltou, entre eles, que a partir do fato de 05/03/2019, objeto de acesos debates, foi colocada definitivamente em xeque a atitude do mais alto mandatário do país, vez que focado especialmente em atos contrários à democracia e ao estado democrático de direito dos quais participou com seus seguidores em plena pandemia.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Não houve, por sua vez, qualquer contestação por parte da presidência quanto às expressões agressivas lançadas contra as instituições da sociedade civil nas faixas exibidas nesses eventos, tudo como consta minuciosamente relatado no parecer que passa a fazer parte integrante e inseparável desta assentada. Concluiu o relator que aos reiterados negacionismos científicos acerca da gravidade da pandemia em prol do fim do isolamento social (item VI), a defesa de intervenção militar, fechamento do Congresso Nacional e do STF, e retorno do AI5 (item VII do parecer) enquadravam tais condutas em crime de reponsabilidade constante da peça opinativa. Na sequência, fez uso da palavra o Professor Mauricio Stegemann Dieter que manifestou concordância com a conclusão do parecer. Disse que em essência poderia subscrevê-lo também, enfatizando que o respectivo parecer, promovido a pedido da presidente, destinava-se a estabelecer uma análise técnica penal dos fatos praticados, face às diferenças entre o crime de responsabilidade e os crimes comuns como tentativa de projetar a adequação do conceito de fato punível, não sendo possível uma análise de tipicidade como possibilidade de adequação de uma norma completa. O decoro como bem jurídico, no entendimento do segundo parecerista, não é passível de exame relativamente à tipicidade penal. Ressaltou ainda que discordava do parecer do Dr. Peixinho quanto à menção nele contida à Lei de Segurança Nacional, em razão da inconstitucionalidade desta lei, conforme já fora reconhecida em parecer do próprio Instituto. Desta forma não deveria o professor Peixinho, com todas as vênias, se escorar nessa lei para criar hipótese de imputação. Em resumo, o professor Dieter defendeu que não há crime de responsabilidade dentro do conceito analítico de fato punível, considerada a dogmática do direito penal, até porque estar-se-ia tratando de espécie *sui generis* de crime. Na sequência, falou o Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna, na qualidade de presidente da Comissão de Direito Constitucional do IAB, dizendo da sua alegria, congratulando-se com os pareceristas e em seguida, o Dr. Márcio Barandier, presidente da Comissão de Direito Penal do IAB, que também louvou o brilhantismo dos pareceres apresentados. Colocado em discussão o parecer principal e o complemento, abertas as inscrições pelo



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

chat se inscreveram para fazer uso da palavra os seguintes consócios: 1) Dr. Pedro Greco; 2) Dr. Sérgio Tostes; 3) Dr. Marcos Luiz; 4) Dr. Hariberto Jordão Filho; 5) Dr. José Calixto; 6) Dr. Luiz Viana; 7) Dr. Luiz Fernando Prioli; 8) Dr. Carlos Eduardo Machado; 9) Dr. Jorge Falena, 10) Dr. Miro Teixeira, e 11) Dr. Mario Antonio Couto. Concedido o tempo regimental a cada um dos inscritos, todos os consócios que fizeram uso da palavra, seja para concordar ou discordar, louvaram o parecer apresentado pelos relatores, se congratulando com a técnica e conhecimento jurídico dos pareceristas. Apenas a fala do Dr. Mario Antonio Couto restou prejudicada, pelo fato de não ter atendido à chamada para ingresso na sala, com liberação de vídeo e microfone. No entanto o Dr. Mário Couto registrou divergência dos pareceres em sua manifestação via “*chat*”. O consócio José Calixto Uchoa, pediu vistas do processo, por ocasião da sua manifestação, posto que pretendia apresentar um parecer divergente. A presidente disse que resolveria a questão ao final das intervenções, até porque recebia com surpresa o pedido de vistas, notadamente, por se tratar de uma sessão virtual que ademais dos problemas operacionais de convocação para a semana seguinte, não estava normatizada tal possibilidade no regimento e no estatuto, devendo se adequar as regras a esta nova e excepcional realidade. Terminadas as manifestações orais dos inscritos, a presidente indeferiu o pedido de vistas pleiteado, fundamentando a decisão na regra posta no art. 71, § 4º do Regimento Interno do IAB. Afirmou a presidente que mesmo na hipótese de não haver a incidência da norma do § 4º, por se tratar de matéria considerada de urgência, aplicar-se-ia, então, a regra do artigo 71 caput. Diante das manifestações já realizadas pelos presentes na sessão, não haveria cabimento ou utilidade interromper a sessão para uma votação virtual, posto que não haveria como se obter unanimidade do plenário, requisito necessário à suspensão da discussão e da votação da matéria, como também consta no Regimento Interno. A presidente pediu ao Dr. Calixto a reconsideração do pedido, afirmando que não obstante as normas regimentais, os pareceres foram com muita antecedência disponibilizados no site, permitindo a elaboração de voto divergente pelos sócios antes da realização da sessão. O associado afirmou que mantinha o pedido de vista.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tel.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Indagado pela presidente se haveria intenção de registro dos motivos para o pedido de revisão do indeferimento, o associado disse tão somente que posteriormente iria recorrer da decisão apresentando os motivos. Após as manifestações feitas pelos inscritos, a presidente Rita Cortez registrou que o tema foi muito bem apresentado pelos relatores e debatido pelos consócios que fizeram uso da palavra, estando, portanto, maduro para ser submetido ao escrutínio da plenária. A presidente recomendou a todos que votassem na forma da mensagem que seria disponibilizada na tela com as seguintes opções: sim, não e abstenção. Colocou em votação a matéria. “Após totalizados os votos, foi anunciado então pela Presidente o resultado da votação”. Por 78% a 21% e 1% restou aprovado o parecer do relator, tal como defendido na tribuna, com o seguinte placar: 56 votos a favor, 15 votos contra e 1 voto de abstenção. A presidente agradeceu a todos os consócios e consocias dizendo do êxito da sessão plenária virtual, feito histórico, que contou com grande participação de seus membros. Informou por fim que o parecer será encaminhado, como de praxe, aos órgãos competentes como contribuição do IAB às suas finalidades institucionais. Nada mais havendo a tratar, às 20:24h a presidente da mesa, Dra. Rita de Cássia Sant’Anna Cortez, declarou encerrada a sessão e eu, Antônio Laért Vieira Júnior, como secretário dos trabalhos, lavrei a presente Ata.

Rita de Cássia Sant'Anna Cortez
Presidente do IAB Nacional

Antônio Laért Vieira Júnior
Diretor Secretário do IAB e Secretário da sessão